



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa – 23/julho/2006

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do Tribunal e da Comissão
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz Togado do Tribunal
Advogado ARI POSSIDONIO BELTRAN – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO – Presidente da Comissão
Juíza THEREZA CHRISTINA NAHAS – Membro da Comissão
Advogado ESTEVÃO MALLETT – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 25 de julho de 2005, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na Internet, no site do TRT (www.trt02.gov.br).

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre “B” - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3150-2000 Ramal 2694

DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

51. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: A Emenda Constitucional 20/98 trouxe alteração na Previdência Social. Alterou a sistemática do regime geral da previdência antes vigente:

- a) Quando extinguiu, com ressalvas, a contagem do tempo de serviço como requisito da aposentadoria previdenciária voluntária.
- b) Quando estabeleceu o valor máximo para as aposentadorias.
- c) Quando estabeleceu o regime único da previdência social.
- d) Quando extinguiu o regime previdenciário privado.
- e) Quando excluiu do regime geral da previdência social qualquer integrante de regime previdenciário privado, cujo benefício fosse de valor maior que o de um salário mínimo mensal.

52. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte hipótese fática: Tício é trabalhador autônomo e conseguiu comprovar a atividade nos últimos cinco anos. Procurou a Autarquia, confirmou o trabalho no período referido e recolheu as contribuições, retroativamente. Mas adoeceu depois de vinte e cinco dias. E foi constatado que era portador de doença incapacitante.

Assim:

- a) Não tem direito a qualquer benefício por incapacidade, mas receberá a devolução das contribuições sob a forma de pecúlio.
- b) Os sucessores, assim declarados na CTPS, receberão, depois da morte de Tício, as contribuições efetuadas retroativamente, corrigidas e com jüros.
- c) Não faz jus a benefício por incapacidade em qualquer hipótese.
- d) Por falta de carência, não faz jus a benefício por incapacidade a não ser que a doença se enquadre no rol das enfermidades que a dispensam.
- e) Tem direito a benefício por incapacidade em qualquer hipótese, além de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

53. Assinale a alternativa correta: As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos das entidades de previdência privada, independentemente da data da criação das mesmas, segundo a Constituição Federal (art. 202, § 2º):

- a) Integram, à exceção dos benefícios concedidos, para todos os efeitos, a remuneração dos participantes, por se tratar de salário indireto.
- b) São consideradas apenas para efeitos secundários.
- c) Não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei, à exceção dos benefícios concedidos.
- d) Somente podem ser consideradas para efeito de cálculo de férias e das gratificações natalinas.
- e) Integram o regime geral da previdência social, para todos os efeitos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

54. Considere que João da Silva, de oito anos e representado por sua mãe, propôs ação de reparação de danos cumulada com pedido de alimentos contra Miguel Dantas em razão da acidente de trânsito. O feito corre sem que o Ministério Público intervenha na relação processual. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa correta:

- a) O juiz, quando da prolação da sentença, entende que a presença do Ministério Público é dispensável pois João está representado por sua mãe e isso basta para que o processo tramite sem vícios.

- b) O juiz, entende que o feito não poderia ter tramitado sem a presença do Ministério Público; não considera relevante o fato de ter ou não se realizado a sua intimação, diante do que decide decretar a nulidade do feito desde o momento da citação do réu, e considera que nada pode ser aproveitado, inclusive a perícia médica realizada no menor.
- c) Trata-se de nulidade cominada, e isso basta para que o feito sem anulado, sem que outras questões devam ser consideradas.
- d) Trata-se de nulidade não cominada, e isso dependerá da análise do caso devendo o juiz ordenar que o Ministério Público se manifeste antes de decidir pela nulidade do processado.
- e) O juiz deverá observar se o Ministério Público foi regularmente intimado, pois a nulidade somente emergirá nos casos de ausência de intimação e não de manifestação, sendo imprescindível, ainda, que se conclua pela existência ou não de prejuízo, para a eventual decretação da nulidade.

55. Analise as proposições com relação as medidas de urgência.

I - Com a inserção no ordenamento jurídico da tutela antecipada, não há qualquer outra medida de urgência, pois somente por tutela antecipada é possível resguardar o direito material.

II - A tutela antecipada é uma forma de se julgar antecipadamente à lide, pois, após a concessão da medida, verifica-se a ausência de interesse de agir superveniente.

III- É aceitável a posição de que a tutela antecipada poderá ser deferida na sentença, a qual será apelável ante a natureza do provimento judicial, revestindo-se a apelação, nesta situação, somente de efeito devolutivo.

IV - Excepcionalmente o relator poderá conferir antecipação da tutela recursal, deferindo a parte a pretensão que foi rejeitada e que está sendo atacada na apelação.

São corretas:

- a) Todas as proposições com exceção da I, pois há outras formas de tutelas de urgência no ordenamento jurídico;
- b) Apenas a proposição III, observando-se que a afirmação da de nº IV permite, inclusive, que o relator quebre o princípio dos julgamentos colegiados nos Tribunais, o que não se pode admitir.
- c) Na nova sistemática processual e considerando os fins visados pelo legislador nas diversas reformas processuais, estão corretas as de nº III e IV.
- d) A de nº III não pode estar correta, pois somente as decisões acerca de concessão de alimentos, medidas cautelares, rejeição de embargos à execução e de liquidação de sentença são atacadas mediante apelação recebida no efeito devolutivo.
- e) Diante da reforma processual que se vem operando de forma contundente desde 1994, todas as proposições estão corretas, pois visam atingir o devido processo legal.

56. Quanto ao processo ou fase de execução, é correto afirmar que:

- a) Em razão da matéria que poderá ser alegada em defesa, o devedor terá direito a ser ressarcido pelas perdas e danos que houver sofrido se a sentença passada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que deu lugar a execução.
- b) Em razão das alterações do processo executivo trazidas pela Lei 11232/05, a competência para conhecer e julgar o processo executivo será sempre do foro do domicílio do devedor.
- c) O sub-rogado não tem, em hipótese alguma, legitimidade para prosseguir na ação executiva instaurada.
- d) É lícito ao credor desistir de parte da execução, o que importa na extinção dos embargos interpostos, ainda que versem somente sobre questões processuais

- e) O sócio da sociedade limitada, independente da sua condição na empresa, responderá pela execução somente nas situações em que houver descon sideração da personalidade jurídica, com exclusão de qualquer outra hipótese, caso contrário, seu patrimônio está isento de responsabilidade.

57. Considerando as disposições relativas a sentença e a coisa julgada pode-se afirmar que:

- a) É vedado ao juiz no momento do julgamento levar em conta pedido não formulado pelo autor, seja ele de qualquer espécie. Tal assertiva deriva da análise dos disposições legais acerca do pedido e da sentença.
- b) O art. 461 do CPC que trouxe o regime da tutela específica, considerou que a prestação jurisdicional poderá ser mandamental e executiva lato sensu; pela primeira, pretende-se que o obrigado cumpra espontaneamente a obrigação e, pela segunda, estabelece-se meios sub-rogatórios para que a decisão se realize independentemente da vontade do obrigado.
- c) A fundamentação da sentença faz coisa julgada formal e o dispositivo coisa julgada material, tanto que não pode ser novamente reapreciado em outro processo.
- d) Mesmo em havendo situação jurídica continuativa, o juiz não poderá julgar novamente as questões que já foram decididas.
- e) Mesmo que o valor da condenação dependa de cálculo aritmético, deverá o credor proceder a liquidação da sentença.

58. Considere que o Ministério Público do Estado de São Paulo promova ação civil pública contra o Prefeito Municipal sob fundamento de que estaria havendo desvio de verba pública que deveria ter sido destinada a saúde. Receoso de que o Prefeito promova a dilapidação de seu patrimônio, o autor propõe ação cautelar e o juiz lhe defere a liminar ordenando o arresto do patrimônio do prefeito. Analisando o fato hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) O ato do juiz em conceder a liminar é tumultuário, pois havia a necessidade de cientificar o réu da medida, pois a ação principal ainda está *sub judice*.
- b) Contra a concessão da liminar o réu poderá agravar pedindo ao relator que lhe conceda o efeito suspensivo a fim de obstar o efeito da medida cautelar.
- c) Considerando que o relator tenha rejeito o pedido de sobrestamento da medida no agravo, e que o Tribunal de Justiça rejeito o recurso no mérito, é cabível a interposição de recurso especial e extraordinário, qualquer que tenha sido o fundamento da defesa do réu.
- d) Restando evidente a fundamentação vinculada, cabe recurso extraordinário e especial, cuja interposição deverá ser concomitante dirigida ao presidente ou vice presidente do Tribunal Recorrido, devendo o recorrente pedir tutela antecipada para que os efeitos daquela liminar sejam suspensos até que seja julgado o mérito da ação civil pública.
- e) Tanto o recurso extraordinário, como o especial, nesta situação específica, estão sujeitos ao regime da retenção, de modo que ficaram retidos nos autos e, somente se processarão, se o interessado reiterar suas razões no prazo que dispõe para recorrer ou contra-arrazoar, norma esta que encontra resistência de parte da doutrina, por

59. Quanto as medidas de urgência, pode-se afirmar:

- a) Somente se aplica o princípio da fungibilidade se se tratar de recebimento de tutela antecipada por medida cautelar;

- b) Caso o juiz de primeiro grau já tenha sentenciado o feito, a medida cautelar que se pretenda propor deverá ser requerida junto ao juiz que julgou o feito, isso se dá em razão da prevenção e da urgência do pedido.
- c) Não se admite a interposição de cautelar para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial e extraordinário, pois é da natureza destes tipos recursais que tenham somente efeito devolutivo.
- d) A competência para conhecer e julgar a cautelar inominada que visa sustar os efeitos do recurso extraordinário e especial será do juízo de admissibilidade na origem desde que ainda não se tenha decidido sobre sua admissibilidade.
- e) A competência para conhecer e julgar a cautelar inominada que visa sustar os efeitos do recurso extraordinário e especial será, sempre, do STF ou STJ respectivamente.

60. Sobre intervenção de terceiros, é correto afirmar.

- a) É cabível denunciação da lide ao vendedor, nas ações em que o comprador pretenda se imitir na posse do imóvel adquirido.
- b) A denunciação da lide e o chamamento ao processo são medidas que se confundem e, por isso, podem ser utilizadas indistintamente.
- c) Nomeação a autoria é ação incidente que pode ser proposta pelo autor, após a propositura da ação principal e desde que a parte contrária não concorde com a correção do polo passivo.
- d) Não se admite denunciação da lide em questões que se busque a reparação de dano em acidente automobilístico, em razão de ser o procedimento sumário.
- e) Em casos de litisconsórcio necessário o juiz poderá determinar o chamamento do consorte de ofício e sem provocação da parte, sendo lícito, ainda, que ordene o regular processamento do feito, mesmo que não se logre localizar o consorte necessário, caso em que, é lícito que determine a sua exclusão e retorno ao *status quo* processual.

DIREITO CIVIL:

61. O Código Civil de 2002 demonstrou que o legislador adotou duas técnicas diversas para possibilitar a melhor adequação da norma aos fatos sociais ocorridos, quais sejam, o das cláusulas gerais e dos conceitos legais indeterminados. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- a) A conclusão pela capacidade absoluta do menor com 16 anos completos e que tenha economia própria é fato objetivo de modo que o juiz não poderá conhecer de ofício a situação jurídica posta.
- b) É vedado ao juiz interpretar de forma mais favorável ao aderente as cláusulas ambíguas de contrato de adesão, pois o princípio da boa fé contratual impede que assim interprete os contratos.
- c) É relativa a nulidade da cláusula que estipule renúncia antecipada do direito que resulta do negócio firmado nos contratos de adesão. O juiz deverá levar em conta no julgamento a posição da parte contrária, pois tal renúncia não importa, por si só, em cláusula abusiva.
- d) A função social do contrato e a boa fé são cláusulas gerais, mas a norma que prevê a possibilidade de resolução por onerosidade excessiva é conceito legal indeterminado, cumprindo ao juiz aferir, em cada caso concreto, qual a extensão e conceito de onerosidade excessiva e, se assim entender, determinar a revisão ou resolução do contrato.
- e) O contrato preliminar poderá ou não guardar as mesmas características do contrato principal que se deseja firmar, sendo lícito que o juiz, em havendo litígio, fixe quem será o obrigado em razão da cláusula pactuada pelas partes, sobre a possibilidade de se declarar posteriormente quem assumirá

tais obrigações (contrato com pessoa a declarar). Admite-se tal proposição, em razão da natureza da norma, ou seja, é uma cláusula de conteúdo indeterminado.

62. É correto afirmar que:

- a) Considerando que na assunção de dívida um terceiro assume obrigação que não era sua originariamente, poderá, por isso mesmo, opor as exceções pessoais do devedor primitivo, pois transmite-se tal benefício com a obrigação.
- b) Sabendo-se que a compensação é um instituto de ordem privada, as partes poderão, a qualquer tempo, acordar que determinadas prestações restarão excluídas de determinados débitos.
- c) Há certas diferenças entre o distrato e o contrato, de modo que as cláusulas gerais determinadas pelo legislador do Código Civil, serão aplicadas somente a este último.
- d) O perdão de uma dívida é equiparado à doação.
- e) A responsabilidade pela mora inclui a correção do valor e os juros, sendo vedado ao credor enjeitar a coisa ou pretender a cobrança de honorários advocatícios, pois estes são devidos somente se a parte ingressar com a ação judicial e decorrem da sucumbência.

63. Assinale a alternativa correta.

- a) o ato praticado em estado de necessidade não pode gerar o dever de indenizar
- b) o comodato é um tipo de contrato de empréstimo e sua perfeição depende da entrega da coisa. Todavia, é um contrato bilateral, podendo ou não assumir a forma gratuita.
- c) A morte do locador importará em extinção do contrato de locação firmado com o empregado.
- d) A prestação de serviços é contrato de natureza civil por prazo determinado e sua rescisão antecipada dá direito a parte contrária ao aviso prévio. Desta forma, pode-se concluir que o instituto do aviso prévio, guardadas suas diferenças em razão da natureza que assume, não é um benefício exclusivo do empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) Fixa-se o domicílio, tanto no interesse no indivíduo como de terceiro e tal circunstância, certamente, impede que se admita a pluralidade domiciliar.

64. É incorreto entender:

- a) Que o mandante que nomeou menor relativamente incapaz para ser seu mandatário terá ação contra ele com fundamento, inclusive, nas situações gerais relativas as obrigações contraídas por menores.
- b) A ilicitude do enriquecimento se caracteriza tanto pela ausência do substrato legal que o fundou como pela desaparecimento daquele que vigorava.
- c) São requisitos da transação: a) existência de embate judicial ou incerteza entre as partes; b) a recíproca concessão de vantagens e a respectiva assunção de ônus pelos contraentes. Por isso, se diz que é um contrato bilateral, oneroso e comutativo
- d) Sendo o pagamento indevido, o *accipiens* que agiu de boa fé tem direito a ser ressarcido pelos frutos que percebeu da coisa recebida; mas, se de má fé, deverá responder por todos os frutos colhidos e percebidos e por aqueles que, por sua culpa, deixou de receber.
- e) O falecimento não ocasiona a interrupção ou suspensão da prescrição iniciada.

65. É correto afirmar:

- a) a decadência não terá curso contra os absolutamente incapazes.
- b) Se a obrigação for de dar coisa certa e, antes da tradição se perder, ainda que seja sem culpa do devedor, o credor poderá cobrar o equivalente em dinheiro mais perdas e danos.
- c) Não se cumulam as indenizações por danos moral e material decorrentes do mesmo fato, em face do princípio do enriquecimento sem causa.
- d) O preposto poderá se fazer substituir no desempenho de suas funções sem autorização escrita, isentando-se, assim, de responsabilidade.
- e) Os administradores que não sejam sócios da sociedade respondem pelos atos que praticarem perante a pessoa jurídica e não perante terceiros que com ela negociam. Estes somente podem se voltar contra a pessoa jurídica que é a responsável pela escolha do administrador.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

66. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte afirmação: No mandato outorgado a advogado, para atuar no processo do trabalho e, segundo a jurisprudência (TST):

- a) Não é válido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda;
- b) São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer;
- c) A irregularidade de representação não está configurada se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.
- d) Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato é válido ainda que anexado ao processo fora do aludido prazo, embora protocolizado no termo fixado.
- e) É inválido o instrumento quando apenas assinado pelo reclamante, sem que a firma do mesmo tenha sido reconhecida, porque há presunção de desconhecimento do ato pelo trabalhador.

67. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: Da decisão monocrática do Juiz Relator relativa ao provimento ou à denegação de recurso (art. 557/CPC) e na forma da jurisprudência (TST):

- a) Cabe esclarecimento pela via de embargos de declaração ao órgão colegiado quando o conteúdo decisório for definitivo e conclusivo da lide e quando se pretende tão-somente suprir omissão e não, modificação do julgado.
- b) É admitido requerimento à Corregedoria em face da inversão tumultuária da ordem processual.
- c) Comporta ser esclarecida pela via de embargos de declaração, em decisão declaratória, também monocrática, quando se pretende tão-somente suprir omissão e não, modificação do julgado.
- d) Não comporta esclarecimento pela via de embargos de declaração, em qualquer hipótese.
- e) Cabe modificação do julgado pelo juízo singular, sem conversão em agravo e sem manifestação da parte contrária.

68. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte afirmação: A utilização do sistema de transmissão de dados (fac-símile ou similar) para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita:

- a) Não é permitida às partes porque não há fidelidade do material transmitido nem há possibilidade de identificação do remetente.

- b) É facultativa, cabendo ao juiz a aceitação ou não dos documentos assim encaminhados.
- c) Está condicionada, nos atos não sujeitos a prazo, à entrega dos originais, até cinco dias da data da recepção do material.
- d) É permitida desde que os documentos que instruíam a petição e não foram enviados por fax sejam entregues após o decurso de cinco dias do prazo.
- e) É permitida desde os originais do recurso interposto por esse sistema sejam apresentados em oito dias, contados do dia subsequente ao término do prazo recursal.

69. Assinale a alternativa incorreta, considerando a seguinte afirmação: É da atribuição do Ministério Público do Trabalho:

- a) Manifestar-se verbalmente nas sessões dos Tribunais do Trabalho, podendo, inclusive, requerer o adiamento do julgamento de qualquer feito e pedir a realização das diligências que entender necessárias à defesa do interesse público dito primário.
- b) Ajuizar as ações necessárias para a defesa de interesse dos menores e dos indígenas.
- c) Recorrer de qualquer decisão da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, ainda quando na defesa de interesses patrimoniais privados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) A legitimidade *ad causam* do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, não está limitada às alíneas "a" e "b" do art. 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas.
- e) Oficiar nos processos, ainda que em grau de recurso, emitindo parecer quando entender necessário à defesa do interesse público.

70. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: Na ação rescisória, fundada no art. 485, inciso VII, do Código de Processo Civil ("... quando, depois da sentença, o autor obtiver documento novo" ...) considera-se documento novo, no processo do trabalho, apto a viabilizar a desconstituição do julgado, conforme jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Sentença normativa, proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.
- b) Sentença normativa, publicada no órgão oficial proferida ou transitada em julgado anteriormente à sentença rescindenda da qual o interessado alega que não tinha conhecimento.
- c) Cronologicamente velho já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado.
- d) Aquele que foi obtido depois de dois anos e oito dias contados de trânsito em julgado da decisão rescindenda.
- e) Sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, não ignorada quando emitida a decisão rescindenda.

71. Relativamente à ação rescisória assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando houver controvérsia a respeito da questão de fato versada na rescisória, não se pode falar em ofensa à literalidade do preceito, em face da interpretatividade da questão, salvo em se tratando de matéria constitucional, pois esta não está sujeita a interpretações controvertidas.
- b) Não é rescindível a sentença em que o juiz, ainda quando errando na apreciação da prova, declarou expressamente que decidia como o fez porque determinado fato ocorrera.
- c) Se não houver o conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, exceto se o

acórdão do Tribunal Superior do Trabalho examina o mérito da causa não conhecendo do recurso de embargos ou de revista, analisando argüição de violação de dispositivo de lei material.

- d) O trânsito em julgado da decisão rescindenda pode ser parcial, quando não se recorre contra todas as matérias que foram objeto da condenação.
- e) O prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória é contado do trânsito em julgado da última decisão da causa, seja ela de mérito ou não, salvo intempestividade, irregularidade de representação, deserção do recurso objeto da ação rescisória, uma vez que, nesse caso, o trânsito em julgado ocorre ao término do prazo para interposição do recurso intempestivo.

72. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: Aos sindicatos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas (art. 8º, inciso III, da Constituição Federal) e, segundo a jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal, tal dispositivo:

- a) Legítima a substituição processual dos empregados pelo sindicato da categoria profissional respectiva somente nas hipóteses de pagamento de salários, ou naquelas previstas nos arts. 195 e 872 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) Legítima a atuação do sindicato como substituto processual nas hipóteses em que atue na defesa de direitos e interesses coletivos e individuais homogêneos de origem comum da categoria, mas apenas nos processos de conhecimento. Para a liquidação e a execução da sentença prolatada nesses processos, a legitimação só é possível mediante representação processual, com expressa autorização do trabalhador.
- c) Cuida de princípio geral, ou seja, norma programática, de eficácia contida ou restrita, carecendo de regra infraconstitucional para conferir ao mesmo operacionalidade.
- d) Está limitado à atuação administrativa, perante os órgãos do Ministério do Trabalho porque, em juízo, "ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei".
- e) Assegura ampla legitimidade ativa *ad causam* dos sindicatos como substitutos processuais das categorias que representam na defesa de direitos e interesses coletivos ou individuais de seus integrantes.

73. Assinale a alternativa inteiramente correta, considerando a seguinte afirmação: Nos dissídios coletivos a instância será instaurada:

- a) Por um grupo de empregados de diversas empresas, insatisfeitos com as condições de trabalho.
- b) Por empregado (individualmente considerado) desde que haja repercussão e interesse coletivo homogêneo.
- c) Por iniciativa do Presidente do Tribunal do Trabalho, mediante representação escrita ou requerimento do Ministério Público do Trabalho, na paralisação do trabalho em atividade considerada essencial.
- d) Exclusivamente pela Procuradoria Regional do Trabalho porque, após a CF/88, cabe ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses ditos coletivos.
- e) Pela empresa que pretende instalar outra filial na região e desonerar-se de obrigações trabalhistas para evitar recuperação judicial.

74. Assinale a alternativa inteiramente correta: considerando a seguinte afirmação: Relativamente à penhora em dinheiro (conta corrente bancária) segundo a jurisprudência (TST):

- a) Fere direito líquido e certo do executado, havendo concordância do credor, em execução definitiva, a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio Banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC.
- b) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante-devedor a determinação de penhora em dinheiro (conta corrente bancária) quando nomeados outros bens à penhora.
- c) É lícita a penhora em dinheiro (conta bancária) do devedor, em qualquer hipótese, inclusive quando diz respeito à pessoa física (executado).
- d) Como o executado tem direito a que a execução se processe da forma menos gravosa (art. 620 do CPC) há direito líquido e certo em que a constrição judicial recaia sobre imóveis, que são bens de raiz, e não em dinheiro conta bancária).
- e) devedor tem direito líquido e certo a não ver penhorado dinheiro, ainda que se trate de execução definitiva.

75. Assinale a alternativa correta, considerando a seguinte afirmação: A sessão (audiência, em continuação) para a publicação da sentença foi designada para uma sexta-feira, sem qualquer outra observação, saindo as partes cientes. A segunda-feira da semana imediatamente seguinte, não será feriado nacional. O termo de audiência (com a sentença) foi juntado na mesma sexta-feira, registrando ainda a ausência das partes. O prazo para o recurso a ser apresentado pela parte vencida (caso assim pretender) começa a correr (*dies a quo*):

- a) Na terça-feira da semana seguinte.
- b) Na própria sexta-feira em que foi lavrado o termo de audiência.
- c) Após quarenta e oito horas da regular expedição da notificação (intimação) da sentença via postal.
- d) Da data em que a parte comparece na Secretaria e tem vista do processo.
- e) Da data em que a Secretaria registrar no andamento do processo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

76. São características da autarquia:

- a) Autonomia, criação por lei, patrimônio próprio e desempenho de atividades que requerem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.
- b) Autonomia, criação por lei, patrimônio próprio e personalidade de direito público. Criação por lei, personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa.
- c) Personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei, para a exploração de atividade econômica, lucrativa ou não, que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa.
- d) Autonomia, criação por ato do Poder Executivo ou por lei, patrimônio próprio e personalidade de direito público.
- e) autonomia, criação por ato do Poder Executivo ou por lei, patrimônio próprio e personalidade de direito público.

77. No Brasil, o processo administrativo:

- a) Conta, no âmbito federal, com lei própria, que o disciplina.
- b) Conta com lei própria, aplicável no âmbito federal, estadual e municipal, ressalvadas as normas específicas.
- c) Acha-se regulado apenas por normas esparsas, sem disciplina sistemática.
- d) Observa as disposições do Código de Ética da Administração Pública.
- e) Encontra-se regulado no Decreto-lei 200, que dispõe sobre a organização da Administração Pública e a reforma administrativa.

78. Os bens públicos dominicais:

- a) Não podem ser alienados.
- b) Podem ser alienados apenas por meio de institutos de direito público.
- c) Podem ser alienados apenas por meio de institutos de direito privado.
- d) Podem ser alienados apenas por meio de lei.
- e) Podem ser alienados por meio de institutos de direito público e de direito privado.

79. Não é forma de provimento de cargo público

- a) Recondução.
- b) Readaptação.
- c) Designação.
- d) Nomeação.
- e) Aproveitamento

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

80. Sobre a Convenção 132 da OIT é correto dizer:

- a) Cuida da organização sindical e foi ratificada pelo Brasil.
- b) Cuida da organização sindical, mas não pôde ser ratificada pelo Brasil, tendo em conta as normas constitucionais sobre a matéria.
- c) Cuida de férias e foi ratificada pelo Brasil.
- d) Cuida de férias e não foi ratificada pelo Brasil.
- e) Atualiza as disposições da Convenção 87, sobre condições especiais do direito a férias.

81. Os tratados internacionais sobre Direitos Humanos, no Brasil:

- a) São normas formalmente constitucionais, independentemente de aprovação pelo Congresso Nacional.
- b) São normas formalmente constitucionais, desde que aprovados, por maioria simples, em dois turnos, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- c) São normas formalmente constitucionais, desde que aprovados, por três quintos dos votos dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos.
- d) São normas materialmente constitucionais, desde que aprovados, por maioria simples, em dois turnos, em cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

82. Sobre *dumping social* é mais correto dizer:

- a) Abrange a obtenção de vantagens concorrenciais, a partir da ausência de normas de proteção do trabalho.
- b) Envolve incremento da produção, por meio de estímulos oferecidos à sociedade e não apenas a indivíduos determinados.
- c) Envolve o incremento das condições sociais dos países, por meio de auxílios internacionais.
- d) Caracteriza prática amparada pela Organização Internacional do Trabalho, em virtude de sua estreita ligação com a liberdade sindical.
- e) Constitui crime sujeito à competência do Tribunal Penal Internacional

DIREITO CONSTITUCIONAL:

83. A Constituição Federal assegura:

- a) A plena liberdade de associação para fins lícitos, não podendo ninguém ser compelido a permanecer associado, salvo nas hipóteses de filiação a sindicato de trabalhadores em que há a obrigatoriedade de manter-se filiado.
- b) A gratuidade das ações de Mandado de Segurança; *Habeas Corpus* e *Habeas Data*.
- c) Meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- d) A saúde, cabendo à União Federal e aos Estados organizar e financiar, com exclusividade, o sistema único de saúde com a participação da comunidade.
- e) Às sociedades de economia mista, por se sujeitarem ao regime jurídico próprio das empresas privadas, ficam desobrigadas de proceder a licitação para contratação de obras, serviços, compras e eliminações.

84. A reclamação para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões dos tribunais:

- a) É prevista apenas em lei ou no regimento interno dos tribunais, caso em que sua legitimidade decorre do princípio do auto-governo dos tribunais.
- b) É prevista na Constituição apenas para os tribunais superiores, não podendo ser estendida aos tribunais estaduais ou regionais.
- c) É prevista na Constituição apenas para o Supremo Tribunal Federal.
- d) É prevista na Constituição apenas para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
- e) É prevista na Constituição apenas para o Supremo Tribunal Federal, para o Superior Tribunal de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho.

85. A lei declarada inconstitucional, em controle incidental, pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) Deixa de produzir efeitos apenas no processo em que tomada a decisão, salvo deliberação em contrário do próprio Supremo Tribunal Federal.
- b) Deixa de produzir efeitos apenas no processo em que tomada a decisão, vedada a extensão de tal eficácia.
- c) Deixa de produzir efeitos *erga omnes*.
- d) Pode ter sua eficácia suspensa, por decisão do Senado Federal.

e) Pode ter sua eficácia suspensa, por decisão do Congresso Nacional.

86. A matéria constante de projeto de lei rejeitado:

- a) Não pode ser objeto de novo projeto no mesmo ano;
- b) Não pode ser objeto de projeto no mesmo ano, salvo proposta da maioria absoluta dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional.
- c) Não pode ser objeto de projeto na mesma sessão legislativa, salvo proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- d) Pode ser objeto de novo projeto no mesmo ano, desde que apresentado pelo Presidente da República;
- e) Pode ser objeto de novo projeto no mesmo ano, sem restrições.

87. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas prestadas pelo Prefeito:

- a) Depende de aprovação por dois terços dos membros da Câmara Municipal para prevalecer;
- b) Depende de aprovação por maioria simples dos membros da Câmara Municipal para prevalecer.
- c) Só deixa de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- d) Só deixa de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.;
- e) Serve como peça de informação, não repercutindo na votação das contas realizada pela Câmara Municipal.

88. A Constituição prevê o funcionamento, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, dos seguintes órgãos:

- a) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, Conselho Nacional da Justiça do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho;
- b) Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.
- c) Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- d) Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- e) Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

DIREITO DO TRABALHO

89. A concessão de FGTS a diretores não empregados:

- a) É proibida por lei.
- b) Não é disciplina por lei, de modo que, ocorrendo, faz com que se caracterize relação de emprego.
- c) Não é disciplina por lei e, sendo feita, não basta, por si só, para caracterizar relação de emprego.
- d) É permitida por lei.
- e) É imposta por lei.

90. São direitos do estagiário, assegurados por lei:

- a) Salário mínimo, férias anuais remuneradas, horário de trabalho compatível com horário escolar e seguro contra acidentes pessoais.
- b) Salário mínimo, horário de trabalho compatível com horário escolar, seguro contra acidentes pessoais e registro em carteira de trabalho.
- c) Salário mínimo, horário de trabalho compatível com horário escolar e seguro contra acidentes pessoais.
- d) Horário de trabalho compatível com horário escolar, seguro contra acidentes pessoais e registro em carteira de trabalho.
- e) Horário de trabalho compatível com horário escolar e seguro contra acidentes pessoais.

91. A invenção resultante de contribuição pessoal do empregado, desenvolvida com recursos do empregador, em contrato que não tenha por objeto pesquisa ou atividade inventiva, é de propriedade:

- a) Comum de empregado e empregador, vedado ajuste em sentido contrário.
- b) Comum de empregado e empregador, admitido ajuste em sentido contrário.
- c) Do empregador apenas.
- d) Do empregado apenas.
- e) De quem primeiramente requerer o registro da patente.

92. O limite mínimo do intervalo intrajornada pode ser reduzido, de acordo com a lei:

- a) Por ato do Ministério do Trabalho e Emprego, assegurada a concessão de pelo menos 45 minutos.
- b) Por ato do Ministério do Trabalho e Emprego, assegurada a concessão de pelo menos 30 minutos.
- c) Por ato Ministério do Trabalho e Emprego, sem garantia de tempo mínimo de repouso.
- d) Por ato Ministério do Trabalho e Emprego ou por meio de negociação coletiva.
- e) Por meio de negociação coletiva.

93. O trabalho noturno confere ao empregado direito:

- a) A adicional e a ficção legal em torno do tempo de trabalho, em idênticas condições tanto para o empregado urbano como para o rural.
- b) A adicional e a ficção legal em torno do tempo de trabalho apenas para o empregado urbano, fazendo jus o empregado rural tão somente ao adicional.
- c) A adicional e a ficção legal em torno do tempo de trabalho apenas para o empregado urbano, fazendo jus o empregado rural tão somente à ficção legal em torno do tempo de trabalho.
- d) A adicional e a ficção legal em torno do tempo de trabalho apenas para o empregado urbano, salvo no caso de revezamento.
- e) A adicional e a ficção legal em torno do tempo de trabalho para o empregado urbano e rural, salvo no caso de revezamento.

94. No caso de dispensa sem justa causa promovida pelo empregador, em contratado a prazo, o empregado tem direito a:

- a) Salários devidos até o termo do contrato, com saque do FGTS, sem multa de 40%.
- b) Salários devidos até o termo do contrato, com saque do FGTS, acrescido de multa de 40%.
- c) Metade dos salários devidos até o termo do contrato, com saque do FGTS, sem multa de 40%.

- d) Metade dos salários devidos até o termo do contrato, com saque do FGTS, acrescido de multa de 40%.
- e) Saque do FGTS, acrescido de multa de 40%.

95. O prazo para ajuizamento de ação rescisória é:

- a) Prescricional e, por isso, vencendo-se em finais de semana, prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente.
- b) Prescricional e, por isso, vencendo-se em finais de semana, prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente, desde que a citação se faça em até noventa dias ou, após tal lapso de tempo, seja requerida sua prorrogação.
- c) Prescricional mas, vencendo-se em finais de semana, não se prorroga para o primeiro dia útil subsequente.
- d) Decadencial e, por isso, vencendo-se em finais de semana, não se prorroga para o primeiro dia útil subsequente.
- e) Decadencial mas, vencendo-se em finais de semana, prorroga-se para o primeiro dia útil subsequente.

96. Os integrantes da CIPA:

- a) A permissão de uma única recondução aplica-se apenas aos representantes dos empregados, não ao representante do empregador.
- b) Podem ser reconduzidos uma única vez tanto os representantes dos empregados como os do empregador.
- c) Podem ser reconduzidos mais de uma vez.
- d) Não podem ser reconduzidos.
- e) Só podem ser reconduzidos depois de que tenham participado do órgão todos os demais empregados da empresa.

97. Truck system é expressão relacionada com:

- a) Proteção do salário.
- b) Trabalho de motorista.
- c) Empregado rural.
- d) Sistema fordista de produção.
- e) Sistema *taylorista* de produção.

98. A administração das confederações sindicais é exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Presidência, assembléia geral e conselho fiscal.
- b) Presidência, conselho de representantes e conselho fiscal.
- c) Presidência, diretoria, assembléia geral e conselho fiscal.
- d) Diretoria, conselho de representantes e conselho fiscal.
- e) Diretoria, assembléia geral e conselho fiscal.

99. Caso o empregado seja admitido no emprego em julho, a contribuição sindical:

- a) Somente poderá ser descontada no próximo ano.
- b) Deverá ser descontada no primeiro mês de trabalho, salvo prova de pagamento em emprego anterior.
- c) Deverá ser descontada no mês subsequente ao da admissão, salvo prova de pagamento em emprego anterior.
- d) Deverá ser descontada no mês subsequente ao da admissão, salvo prova de pagamento em emprego anterior e desde que o valor do salário novo seja maior do que o salário do emprego anterior.
- e) Deverá ser descontada, observada a proporção correspondente aos meses faltantes para o final do ano.

100. A greve, em face da lei brasileira, caracteriza-se como:

- a) Suspensão do contrato de trabalho, sendo devido o pagamento de salário durante o período respectivo, salvo ajuste ou decisão em sentido contrário.
- b) Suspensão do contrato de trabalho, sendo indevido o pagamento de salário durante o período respectivo, salvo ajuste ou decisão em sentido contrário.
- c) Interrupção do contrato de trabalho, sendo devido o pagamento de salário durante o período respectivo, salvo ajuste ou decisão em sentido contrário.
- d) Interrupção do contrato de trabalho, sendo indevido o pagamento de salário durante o período respectivo, salvo ajuste ou decisão em sentido contrário.
- e) Paralisação do contrato de trabalho, sendo devido o pagamento de salário, salvo abusividade do movimento, declarada pela Justiça do Trabalho.